

# ARQUIVO JOÃO PENTEADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS DE EDUCAÇÃO ANARQUISTA NO BRASIL

CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES\*  
DORIS ACCIOLY E SILVA\*\*

---

## RESUMO

Criado, em 1992, por iniciativa de professores da Faculdade de Educação da USP preocupados com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira, o Centro de Memória da Educação – CME/FEUSP integra o esforço de revitalização do campo de produção da pesquisa histórica por meio da problematização e alargamento da concepção de fontes em história da educação, e ampliação da historiografia. O texto discute os procedimentos de pesquisa, conceitos e métodos utilizados, e os resultados do projeto Educação Anarquista no Brasil. O Acervo João Penteado (1912 a 1961), voltado à análise de conjunto documental inédito, de interesse substantivo para a reconstrução histórica das práticas educativas desenvolvidas na Escola Moderna, bem como sobre a história do ensino no estado (auxílios CNPq e FAPESP).

**PALAVRAS-CHAVE:** educação escolar e cultura anarquistas, arquivos escolares, história educação.

## ABSTRACT

The Centre for Memory of Education - CME/FEUSP has been created in 1992 by initiative of a group of professors from the Education Faculty of the Universidade de São Paulo who were concerned with producing research instruments for the writing of brazilian education history. It integrates an effort of revitalization in the field of history research by means of questioning and augmenting the notion of historic fonts in history of education and the amplification of historiography. In this text I discuss the research procedures, concepts and methods used, along with the results of the Anarchist Education project in Brazil. The Acervo João Penteado (1912 to 1961), dedicated to the examination of an unpublished documental set of substantive importance for the historic reconstruction of the educational practices developed in Modern School, and also for the history of teaching in the State (with CNPq and FAPESP aid).

**KEYWORDS:** school education and anarchist cultures, school archives; education history.

---

## Introdução

Estimulada pela renovação dos paradigmas de pesquisa em história da educação brasileira, parcela significativa da produção na área está hoje direcionada para a preservação de arquivos escolares e a exploração de fontes primárias. Trata-se, portanto, de pesquisas interessadas na salvaguarda e organização de arquivos escolares, na preservação material de seus acervos documentais textuais, iconográficos e museológicos.

Criado por iniciativa de professores da Faculdade de Educação da USP preocupados com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira, desde 1992, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – CME/FEUSP integra o esforço de revitalização do campo de produção da pesquisa histórica por meio da problematização e alargamento da concepção de fontes em história da educação, e ampliação da historiografia.

O texto a ser apresentado discute os procedimentos de pesquisa, conceitos e métodos utilizados, e os resultados do projeto *Educação Anarquista no Brasil. O Acervo João Penteadó (1912 a 1961)*.<sup>1</sup> A investigação consistiu no recolhimento, organização, acondicionamento, referenciação e elaboração de um Inventário Analítico das fontes do Acervo João Penteadó, que se encontram, hoje, sob a guarda do CME - FEUSP. Trata-se de conjunto documental inédito, de interesse substantivo para a reconstrução histórica das práticas educativas, que reúne o Arquivo Escolar João Penteadó, composto de documentos produzidos e acumulados por uma das organizações escolares criadas e mantidas por anarquistas no país, a Escola Moderna n.º 1, e pelas posteriores instituições educacionais que funcionaram a cargo do educador João Penteadó (1912 a 1961), bem como o seu Arquivo Pessoal, que incluem documentos escritos pelo professor, os quais

expressam com relevante ineditismo o pensamento desse importante militante da educação libertária.

Um dos principais desafios nos estudos e pesquisas a respeito da pedagogia escolar anarquista consiste em apreender, precisamente, os conteúdos de ensino. Nessa perspectiva, entende-se que o acesso a documentos inéditos dos arquivos das escolas dirigidas por João Penteadado, no largo período de quase 50 anos, pode propiciar a abertura de novas perspectivas de conhecimento a respeito das práticas educacionais libertárias propostas e implementadas pela Escola Moderna, bem como sobre a história do ensino no estado de São Paulo.

O acervo possui cerca de 37.610 documentos administrativos e pedagógicos; 900 fotografias soltas e 24 Álbuns de formaturas e outros eventos escolares, num total de 4800 fotos; filme sobre eventos comemorativos e atividades esportivas; 300 exemplares dos jornais elaborados por professores e alunos; 200 manuscritos do fundador; e cerca de 167 peças museológicas. O Arquivo Pessoal, organizado separadamente, reúne 751 documentos: fotografias, correspondências e produção intelectual de João Penteadado (livros, peças de teatro, poemas, discursos, textos didáticos).

Pretende-se, neste trabalho, analisar a proposta educativa da instituição a cargo do professor libertário João Penteadado, em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX (1912-1945), como parte das estratégias político-culturais anarquistas, e apresentar alguns resultados alcançados no estudo das fontes historiográficas, considerados ponto de inflexão na renovação da interpretação histórica do anarquismo no país. A documentação utilizada limita-se basicamente aos jornais e demais fontes produzidas ou acumuladas nos diferentes períodos de existência da escola, em particular, os jornais *Boletim da Escola Moderna*, *Boletim da Escola Nova*, *Boletim da Academia Saldanha Marinho*, *O Início* e *O Iris*, além

de notícias publicadas por jornais da imprensa operária e anarquista, como *A Lanterna* e *A Vida*, por exemplo.

## **Historiografia e Educação Anarquista no Brasil**

A reflexão histórica sobre a educação libertária perpassa duas questões fundamentais: sua presença/ausência no campo da história da educação e a busca por fontes de pesquisa que propiciem sua historiografia.<sup>2</sup>

Nas duas últimas décadas do século XX, desenvolve-se amplo questionamento sobre a gênese da história da educação como disciplina autônoma da pesquisa historiográfica no campo educacional, tradicionalmente subordinada a uma proposta moralizadora e apartada da investigação histórica.

Tal problematização confere à história da educação o status de área de especialização da história e atribui importância ao trabalho com fontes documentais para a construção historiográfica, propondo “um novo ângulo de apreensão das questões pedagógicas saturadas de historicidade”.<sup>3</sup> Nesse sentido, faz-se necessário à historiografia do campo da educação o cotejamento de informações provenientes de fontes primárias - tais como as produzidas pelo funcionamento das instituições escolares e pela trajetória de vida de educadores - e a literatura já consolidada, uma vez que, sem a pesquisa arquivística, essa historiografia corre o risco de limitar-se aos estereótipos interpretativos cristalizados na literatura educacional. Realizar a crítica da história e historiografia da educação é, simultaneamente, realizar a análise crítica da interpretação histórica.

Contrariando as interpretações correntes na história da educação que dão por encerrado o capítulo do ensino libertário ministrado pelas escolas anarquistas, em 1919 com o fechamento das escolas modernas da capital e de São Caetano, esse conjunto documental – o arquivo escolar

e o acervo pessoal do educador – permite analisar a continuidade da experiência anarquista brasileira em educação para além dos anos 1920, e, portanto, prosseguir os estudos realizados e problematizar alguns conceitos e interpretações até agora aceitos na análise histórica e na historiografia educacional.

É preciso destacar, em particular, aquelas que, ao analisarem os períodos anteriores a 1930, alegam o precário desenvolvimento da indústria, a fragilidade das classes dominantes, sua ‘incapacidade’ em formular e implementar projetos de seu interesse; assim como a ausência de uma classe operária madura, autônoma e organizada, preparada para propor e opor um projeto político que confrontasse o das classes dominantes. Do lado da classe operária, a importação do anarquismo e do anarco-sindicalismo, conjugada com a origem imigrante e camponesa dos trabalhadores, desviariam a classe de sua tarefa histórica e culminariam no populismo.<sup>4</sup> A partir desse diagnóstico, constroem-se teorias que afirmam o desenvolvimento atrasado ou tardio do capitalismo no Brasil, nas quais o Estado vem a ser o único sujeito histórico capaz de “preencher o vazio” e promover a modernização do país, ou seja, o desenvolvimento capitalista. Nessas abordagens, a concepção de Estado demiurgo ignora a luta de classes como constitutiva das relações sociais, entendendo-a como “apenas um efeito na superfície”,<sup>5</sup> isto é, como ‘resultado’ do processo social.

Tais análises da sociedade brasileira e do movimento operário têm incidido na produção historiográfica no campo educacional e, de certa forma, dificultado o avanço de estudos mais recentes que partem da “necessidade de apreender a representação recíproca e contraditória que as classes constroem de si mesma e das outras no processo histórico”,<sup>6</sup> entendendo o ideário e a cultura anarquista como formas de enfrentamento e resistência social.

## **As Escolas Modernas no Brasil e o Acervo Documental do Educador Anarquista João Penteadó**

Para os anarquistas a educação, a cultura e, portanto, a apropriação do conhecimento pelas classes trabalhadoras, sempre foram questões essenciais. Concebem a transformação social pela criação de formas igualitárias, anti-hierárquicas e desburocratizadas de organização, em sintonia com a mudança de sensibilidades, atitudes, valores e não como tomada do poder do Estado pelos partidos políticos e a constituição de uma nova classe dirigente. Em Proudhon (1809-1865), por exemplo, temos a defesa da politecnicidade na educação e de uma “arte-situada”, destinada à difusão do ideário e à formação moral e política dos trabalhadores.<sup>7</sup>

Bakunin (1814-1876) vê na desigualdade de acesso ao saber e na de sua apropriação uma das mais terríveis e eficientes causas da reprodução de todos os dilaceramentos sociais. Propunha a educação integral:

o ensino total, tão completo como o que leva consigo o poder intelectual do século, a fim de que por cima das classes operárias não se encontre no futuro nenhuma classe que saiba mais e que, exatamente por isto, possa dominá-las e explorá-las.<sup>8</sup>

Partindo-se da distinção realizada por Luizetto (1986, 1987)<sup>9</sup> a respeito da atuação dos anarquistas no campo educacional, é possível demarcar dois momentos possíveis: os anos entre 1840 e 1882, caracterizados pelas contribuições de Proudhon e de Bakunin nos debates sobre a questão, e, o segundo período, iniciado com a elaboração do Programa Educacional pelo Comitê para o ensino anarquista, divulgado em 1882, que se estende até as primeiras décadas do século XX e tem como principais protagonistas Kropotkin e Malatesta. Se, no primeiro momento, os anarquistas priorizaram o protesto e a crítica à educação dominante, no segundo período, o traço principal foi a elaboração, pela nova geração de militantes e simpatizantes, de propostas

no campo da teoria e da prática educacional. Várias personalidades do movimento libertário integraram o Comitê e contribuíram para a elaboração do Programa Educacional, entre as quais Kropotkin, Elisée Reclus, Louise Michel, Jean Grave e Carlo Malato. O Programa propõe combate aos métodos e objetivos da educação oficial (estatal) e da educação dogmática (confessional), por meio da criação de Centros de Estudos, escolas livres, modernas ou racionalistas, e universidades livres e populares. Incorpora, também, as contribuições de Paul Robin sobre educação integral e as do ensino racional, desenvolvido nas escolas de Francisco Ferrer.

A concepção de educação integral formulada por Robin está ligada à história do movimento revolucionário do século XIX e à sua participação nos Congressos da I Internacional, em Lausanne (1867) e Bruxelas (1868), onde apresenta o “Programa de Ensino Integral”, aprovado pelos participantes, inclusive por Karl Marx.<sup>10</sup> À concepção de educação integral defendida no movimento anarquista por Proudhon, Bakunin e Kropotkin - contrária à existência de dois tipos de instrução - uma ‘aprimorada’, reservada aos burgueses, e outra, “simplificada”, destinada aos trabalhadores, expressão da dominação de classe -, Paul Robin irá enfatizar, na apreensão de seu significado, a existência de três dimensões, necessariamente integradas: a dimensão física, a dimensão moral e a dimensão intelectual.

Toda a educação que não tenda a fazer um pensador, um trabalhador, um ser inteligente e um ser ativo, é uma educação incompleta e estéril.<sup>11</sup>

Que fiz eu para ser melhor tratado do que um proletário? Para conhecer as artes e as ciências? Não merecem todos os trabalhadores como eu desfrutar das alegrias intelectuais? (...) O dever sagrado, o primeiro de todos é trabalhar sem descanso para acabar com as misérias que lhes aplastram.<sup>12</sup>

Robin tinha repugnância pelos exames, notas e concursos. A relação com os alunos era desenvolvida sem hierarquias e a virtude mais valorizada era a solidariedade, por sua contribuição responsável à vida coletiva. Sua obra em Cempuis foi irradiadora de uma formação de educadores que muito contribuiriam para a melhoria das práticas e concepções da pedagogia contemporânea, a começar por Sebastien Faure e Francisco Ferrer (1849-1909), chegando a Célestin Freinet (1896-1966).

Talvez a maior síntese das práticas e concepções da educação libertária tenha sido realizada por Francisco Ferrer, criador das Escolas Racionalistas ou Modernas, na Espanha, a partir de 1901 até seu assassinato político em 1909: “(...) Ferrer recebe influências de toda a tradição libertária, de Godwin (1756-1836) a Kropotkin, passando pelos socialistas utópicos, Stirner (1806-1856), Bakunin, etc, tendo se relacionado com alguns deles em Paris”, sublinha Palácios.<sup>13</sup>

Na direção das formulações de Robin, Ferrer<sup>14</sup> defende a educação integral para possibilitar “o pleno desenvolvimento de todas as capacidades do indivíduo”, “integrando o trabalho manual e o intelectual”. Nessa perspectiva, propõe a utilização de métodos ativos, a co-educação social e de sexo, e a integração da escola ao seu ambiente físico e social

As propostas educacionais libertárias chegaram no Brasil, trazidas pelo movimento anarquista já no final do século XIX. A partir dos anos 1890, as concepções socialistas e anarquistas difundem-se com a expansão urbana e industrial, o aumento do fluxo imigratório e o consequente aumento no número de trabalhadores e operários.

As iniciativas de cunho educacional agregaram tanto militantes imigrantes - como Oreste Ristori, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Adolfo Lima e Neno Vasco - quanto brasileiros - como Edgar Leuenroth, Octávio Brandão, Adelino de Pinho, João Penteadó, José



Oiticica, Rodolfo Felipe, Zeferino Oliva, Pedro Catalo, entre outros. Dentre estes, Adolfo Lima, João Pentead, Adelino de Pinho e Florentino de Carvalho estiveram diretamente relacionados ao funcionamento de escolas libertárias, sobretudo as Escolas Modernas de São Paulo. Com a mesma proposta de levar o trabalhador à sua formação integral e consciência de classe, eclodiram diversas bibliotecas populares, centros de estudos, centros de cultura social, grupos de teatro, centros libertários, sem mencionar os variados jornais – mensais, semanários, diários, revistas – que obtiveram significativa ressonância na classe operária e na sociedade da época - tais como: *A Plebe*, (São Paulo), *A Hora Social* (Recife), *Voz do Povo* (Rio de Janeiro), *Vanguarda* (São Paulo), *A Lanterna* (São Paulo), *O Amigo do Povo* (São Paulo), *A Terra Livre* (São Paulo/Rio de Janeiro), *La Bataglia* (São Paulo), entre muitos outros.

Conforme observa Edgar Rodrigues (1992), o levantamento sobre as escolas anarquistas e sua organização é bastante incompleto, fazendo-se urgente o necessário trabalho de mapeamento dessas instituições e a localização das fontes documentais a elas relacionadas, visando sua preservação e organização. De acordo com o autor, outras iniciativas ocorreram, no país e no estado de São Paulo, antes e depois da criação das Escolas Modernas. Uma ocorrência primeira foi a Escola União Operária, fundada no Rio Grande do Sul em 1895, provavelmente originária da iniciativa dos ex-integrantes da Colônia Cecília. Naquele estado, na cidade de Porto Alegre, uma outra escola é fundada em homenagem ao Eliséé Reclus, a Escola Eliséé Reclus, local que o militante anarquista teria visitado em sua passagem pelo Brasil. Em São Paulo, a Escola Liberária Germinal surgiu em 1903 e seguia o método da Escola Moderna de Barcelona. Na cidade de Santos, a União Operária dos Alfaiates teria fundado, em 1904, a Escola Sociedade internacional, e a Federação Operária, a Escola Noturna, em 1907. Há, ainda, o registro

das chamadas Escolas Livres, como as de Campinas, fundada, em 1909, pela Liga Operária; a Escola da Liga Operária de Sorocaba, criada em 1911; a Escola da União Operária de Franca, fundada por Teófilo Ferreira, em 1912; e o surgimento de uma Escola Moderna, em São Caetano, em 1919. Rodrigues (1992) menciona, ainda, a Escola Nova, fundada em 1912, no bairro da Mooca, em São Paulo, por Florentino de Carvalho, e a existência em 1920, também na capital, da Escola Joaquim Vicente.

Entre as ações educacionais desenvolvidas pelos militantes e simpatizantes anarquistas encontra-se a abertura das Escolas Modernas na cidade de São Paulo, situadas nos bairros operários do Belenzinho e do Brás, e dirigidas, respectivamente, por João Penteadado e Adelino Pinho. O primeiro passo foi a constituição de um Comitê organizador, em 1909, encarregado de programar a Escola Moderna n.º 1 e providenciar os recursos econômicos indispensáveis. Em 1912, após obter autorização do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado para instalar e fazer funcionar o estabelecimento, o Comitê decidiu entregar a direção da Escola a uma pessoa identificada com a doutrina libertária e portadora das qualidades necessárias ao exercício pedagógico. A escolha recaiu no professor João Penteadado, partidário da corrente kropotkiniana do anarquismo (comunista libertária) e admirador da obra de Francisco Ferrer i Guardia, pedagogo espanhol fundador das Escolas Modernas de Barcelona

As Escolas Modernas de São Paulo foram fechadas em 1919, por ordem da Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo, após acidente provocado pela explosão de uma bomba no bairro do Brás, no qual perderam a vida quatro militantes anarquistas, entre eles José Alves, diretor da Escola Moderna de São Caetano. Os motivos alegados para o fechamento foram que “a escola dirigida por João Penteadado visava à

propaganda de idéias anarquistas...bem como a de Adelino Pinho, que fazia propaganda de idéias subversivas”.<sup>15</sup>

A literatura tem apontado a relevância dessa escola que, desde sua inauguração, em maio de 1912, até o seu fechamento, em novembro de 1919, serviu de referência para as atividades educacionais do movimento em São Paulo. A própria duração da Escola é um aspecto a ser destacado entre suas peculiaridades – sete anos e meio, tempo relativamente longo se comparado ao das outras iniciativas do movimento, em geral sujeitas a inúmeros contratempos. Outro aspecto a ser mencionado consiste na heterogeneidade das pessoas que compunham o seu Comitê Organizador e que aderiram à proposta ao longo do tempo, no que se refere à sua diversidade social e pontos de vista políticos. Tal como em Barcelona, a idéia do ensino racionalista de Ferrer promoveu no Brasil uma aproximação entre anarquistas e pessoas situadas fora dos quadros restritos da militância, mas dotados do que se chamava “espírito emancipador”, liberais, socialistas, livre-pensadores, nos quais se incluíam maçons e republicanos. O fato de essas pessoas usufruírem melhor posição social e contribuírem com recursos econômicos para a manutenção do estabelecimento propiciou-lhe menores problemas financeiros. No entanto, conforme está indicado por João Penteadó no “Boletim da Escola Moderna”, a participação operária e a contribuição dos Sindicatos de trabalhadores era bastante significativa. Em 1919, sofrendo sérios contratempos financeiros em “tempo de epidemia”, que forçara a interrupção temporária das aulas, o diretor informa ter obtido o auxílio de associações operárias, ao lado das contribuições das lojas maçônicas e das individuais, como as da Sociedade dos Laminadores de São Caetano, Liga dos Pedreiros e Confeiteiros, União dos Artífices em Calçadas, União dos Chapeleiros de São Paulo, do Sindicato Proletário de Sabaúna e Sindicato dos Canteiros de Lageado, entre outros.<sup>16</sup>

Finalmente, a opção de contratar um educador familiarizado com o trabalho de natureza pedagógica, capaz de colocar em prática o modelo de ensino proposto por Ferrer, atribui relevância a essa primeira iniciativa de educação escolar, que irá servir, por isso mesmo, de modelo às demais escolas criadas no estado.

O Arquivo João Penteado - as novas fontes reunidas sobre a Escola Moderna, e a documentação inédita no que diz respeito às outras instituições de ensino, representativas da continuidade da obra deste educador libertário - abre novas possibilidades para se conhecer as pretensões dos anarquistas na área da educação escolar no estado de São Paulo, ainda hoje pouco conhecidas.

### **O arquivo do educador libertário João Penteado: trajetória, militância e produção intelectual**

Embora pouco se conheça sobre a trajetória de vida dos educadores que participaram da experiência da educação libertária no Brasil, há pesquisas sendo feitas para suprir essa lacuna. Quanto a João Penteado - educador, anarquista e espírita – sabe-se que nasceu em 1877, em Jaú, interior paulista, onde obteve formação primária e prosseguiu seus estudos como autodidata. Além de educador, João Penteado foi atuante na imprensa, sobretudo naquela ligada à difusão do movimento libertário. Foram localizados textos de sua autoria no jornal *O'alpha*, na coluna *Vida Janense*, entre 1909 e 1910. A partir desse período foram também identificados diversos textos de sua autoria nos jornais *A Lanterna*, *A Terra Livre*, *A Vida*, *A Rebelião*, *Guerra Social*<sup>17</sup> tratando, sobretudo, de educação libertária. João Penteado publicou também os livros: *Pioneiros do Magistério Primário* (1944), *Digressão Histórica através da Vida de Jaú* e *Esboço Histórico da Epopéia do Hidro-Avião Jaú* (1953), *Biografia de Bento de Siqueira* (1951).

A participação de Penteadó como jornalista não se limitou à questão social. Foi também diretor e redator do jornal espírita intitulado *A Nova Revelação* e contribuiu para a publicação de artigos em *O Natalício de Jesus*, ambos filiados à União Espírita do Estado de São Paulo.<sup>18</sup>

O anarquismo é um corpo poliédrico de práticas e concepções. Sempre abrigou a pluralidade, fazendo conviver o ateísmo, o cristianismo, esoterismos de várias espécies, sob o manto do respeito às singularidades unidas na luta anti-clerical, anti-estatal e anti-capitalista.<sup>19</sup> O arquivo pessoal do educador João Penteadó constitui-se de fontes documentais de grande relevância para pesquisa em história da educação e história social do anarquismo, por englobar campos diversos da produção intelectual desse educador, sua visão política de sociedade e por remeter à formação e repercussão do anarquismo no Brasil.

Uma parte dos textos foi escrita pelo próprio João Penteadó ao longo de sua vida e é veículo de suas idéias políticas, sociais e pedagógicas. Pode-se classificá-los, genericamente, como textos literários (líricos, narrativos, ensaísticos e dramáticos) -, biográficos e jornalísticos (informativos ou crônicas). As versões que constituem seu arquivo pessoal são datilografadas ou manuscritas - minutas de textos cujo objetivo teria sido a publicação. Os temas recorrentes nesses textos são também os mais caros tratados pela tradição anarquista mundial, como, por exemplo, o internacionalismo, o pacifismo, o amor à natureza, combate aos vícios, a formação do caráter pelo elogio das virtudes, sendo a solidariedade a mais importante. Além dos textos, há uma significativa correspondência de João Penteadó com amigos e familiares, que remete à sua trajetória de vida e à permanência do anarquismo no grupo social do educador e no Brasil, ainda que numa dimensão muito menor da que tivera nas primeiras décadas do século XX. Entre as correspondências, há ofícios remetidos e recebidos de diversas instituições.

João Penteadó pode ser incluído na esfera de uma literatura militante ao lado de inúmeros outros escritores que o movimento anarquista produziu. Tanto no que diz respeito aos gêneros quanto no que tange à temática, a produção literária de João Penteadó pode ser compreendida como integrante de uma visão de mundo na qual a reflexão crítica, a criação cultural, a leitura e a escrita eram exercícios cotidianos de apropriação da vida, articulando a transformação do presente e a libertação social futura. Tal concepção, vale dizer, é essencialmente diferente da que regia as práticas escolares convencionais da época, baseadas na heterogestão pedagógica, na memorização e na repetição dos autores em detrimento da ousadia criativa. Diverge também de quaisquer ditames político-partidários no que diz respeito à produção estética. Seus textos distribuem-se em vários gêneros literários: drama teatral, crônica, discursos, fábulas, parábolas, contos, ensaios e conferências. Neles, pode-se encontrar temas recorrentes dos anarquistas, como o pacifismo, o antimilitarismo, o internacionalismo, a Comuna de Paris, a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), a crítica ao catolicismo e ao protestantismo, a crítica aos vícios e à moda, a crítica ao sistema social, a solidariedade, a educação libertária (sobre Francisco Ferrer e as Escolas Modernas), a relação natureza-cultura.<sup>20</sup>

## **O arquivo escolar**

O Arquivo João Penteadó constitui-se de séries documentais completas acumuladas no estabelecimento de ensino ao longo de quase 50 anos, entre 1912 e 1961, contendo informações relevantes sobre a vida institucional nos diferentes momentos de sua história nos quais esteve sob a direção do referido educador anarquista: Escola Moderna n. 1 (1912 – 1919); Escola Nova (1920 – 1923); Academia de Comércio Saldanha Marinho (1924 - 1943); Escola Técnica de Comércio Saldanha

Marinho (1944 – 1947); Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho (1948 – 1961) .

A denominação e cronologia das escolas, criadas pelo educador após a extinção da Escola Moderna, estão relacionadas não apenas às suas atribuições pedagógicas, aos níveis e modalidades de cursos ofertados, mas também à necessidade de obedecer a denominações e regras prescritas pelas normas legais, frequentemente modificadas pelos governos estadual e federal.<sup>21</sup>

O acervo arquivístico de uma escola é decorrente de suas atividades administrativas e pedagógicas.<sup>22</sup> As atividades administrativas são atribuições específicas da secretaria, do departamento pessoal, da tesouraria e da diretoria. A sala de aula, ao lado dos laboratórios de ciências, constituem os principais locais de desenvolvimento das atividades pedagógicas, onde são produzidos materiais relacionados à situação de ensino-aprendizagem, materiais de uso didático, além de registros sobre as classes e sobre cada aluno individualmente.

Um conjunto documental de tipologias distintas foi recolhido pelo Centro de Memória da Educação – fontes textuais, escritas, iconográficas, filme, fontes orais e museológicas. A pluralidade das fontes indica e expressa a especificidade do objeto pedagógico, seu caráter multifacetado, que exige o concurso de vários domínios de conhecimento para ser apreendido na complexidade das relações que estabelece na globalidade do social, nas dimensões política, administrativa, econômica, social e cultural.<sup>23</sup>

Com a documentação disponível pode-se conhecer algumas das importantes características da Escola Moderna n.º 1 e das demais instituições criadas ao longo dos anos. No caso das escolas oficiais, um dos problemas mais graves observados consiste na eliminação indiscriminada dos documentos. Todos os arquivos possuem lacunas significativas, o que se deve, principalmente, a falhas nas normas legais

que regulamentam a preservação de documentos nos estabelecimentos de ensino.<sup>24</sup> Embora não seja esse o quadro apresentado pelas escolas dirigidas por João Penteadó, uma vez que a guarda documental e a preservação da memória institucional parecem consistir em objetivos perseguidos pelo educador durante toda a sua vida, no que se refere à Escola Moderna é possível observar a existência de várias lacunas de informação. A ausência de fontes, entretanto, tem outra origem, muito provavelmente relacionada à atuação repressiva do Estado sobre as iniciativas pedagógicas libertárias.

Como alguns estudos têm recentemente indicado, os arquivos escolares constituem lugares especiais para a aprendizagem de diferentes disciplinas. Alguns documentos produzidos/acumulados pela instituição, como os regimentos, os dossiês individuais dos alunos, os álbuns fotográficos, os boletins e os periódicos podem ser utilizados no ensino da História e da Geografia, por exemplo. Outros documentos, como programas de ensino, trabalhos e provas de alunos, atas de reuniões de professores, relatórios do diretor, planos de aula, livros didáticos adotados etc. constituem fonte privilegiada para o estudo de muitos aspectos da vida escolar, das propostas curriculares e da conformação das disciplinas, dos sistemas de avaliação e promoção dos alunos, e podem proporcionar “uma rica e necessária reflexão sobre a atividade pedagógica desenvolvida na escola”.<sup>25</sup> Com exceção dos documentos da Escola Moderna, aqueles originados ou acumulados nas outras quatro instituições apresentam, em grande parte, origem legal, ou seja, são produzidos em obediência à legislação em vigor, como, por exemplo, os relatórios dos diretores dos estabelecimentos e de inspetores, os prontuários de alunos (as), os livros de matrículas e o de notas. Tais documentos, além de expressarem a intencionalidade governamental, as concepções e orientações de educação e de escola formuladas em diferentes instâncias do Estado, possibilitam, ao mesmo tempo,



aprender as formas como foram apropriados pelos diferentes sujeitos escolares envolvidos na realização/ implementação das normas legais.<sup>26</sup> No caso específico das escolas João Penteadó, essas fontes podem contribuir para a apreensão de possíveis momentos de conflito e estratégias de resistência, e dos elos dessas práticas culturais com o movimento operário.<sup>27</sup>

Alguns documentos como os estatutos e regimentos, prontuários e livros de matrícula trazem informações sobre a organização e atribuições das escolas, sobre o perfil de seus professores e funcionários, as condições sociais, econômicas e a nacionalidade das famílias dos alunos. Sugerem, por exemplo, que apesar da educação de crianças procedentes da classe operária constituir uma de suas prioridades, atendia – em consonância com os princípios orientadores do ensino racionalista, como o da ‘co-educação social’ - alunos filhos de pequenos negociantes estabelecidos por conta própria nas redondezas da escola, barbeiros, alfaiates, etc.<sup>28</sup> A organização dos cursos nas escolas, nos anos seguintes, de acordo com a documentação existente, confirma a preferência no atendimento de alunos trabalhadores. Desde os tempos da Escola Nova (1920 – 1923), entre os cursos ofertados, além do ensino primário de 3 anos, e do médio de 1 ano, consta o de Comércio de 3 anos de duração, o de datilografia e taquigrafia, ambos de 18 meses, e também, os cursos de estenografia (“steno-dactylographia”), e o de guarda-livros, com duração de 2 anos, todos após o ensino médio. Como a escola era particular e paga, a notícia alertava para o valor da mensalidade, de apenas 20\$000 mensais, com “o direito de receber lições de português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, inclusive noções sobre direito comercial”. Advertia, também, para o fato de aos alunos da escola serem “favorecidos passes escolares para os bondes da Light”.<sup>29</sup> A realização do ensino técnico comercial ocorre na escola até o início dos anos 1960, na Academia de Comércio Saldanha

Marinho (1924 – 1943); na Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho (1944 – 1947); no Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho (1948 – 1961).

No que se relaciona a outro princípio educativo, o da co-educação de sexo, é interessante observar que nos primeiros anos de funcionamento a escola fornecia ensino aos dois sexos, mas separadamente, em períodos escolares diferentes, “das 8hs ao meio dia, para a seção masculina, e das 12.30 às 16.30hs para a seção feminina”.<sup>30</sup> Tal separação, estranha aos princípios anarquistas, não irá permanecer nas escolas posteriores.

A imprensa anarquista, em particular o jornal *A Lanterna*, e os jornais da escola constituem, no período da Escola Moderna, fontes quase exclusivas para os estudo do ensino libertário, e sua importância permanece nos períodos posteriores. O jornal “O Início”, elaborado pelos alunos (algumas vezes nomeados como alunos do Grêmio acadêmico), começou a ser publicado na Escola Moderna e persiste em todo o período, existindo ainda nos anos 1950, no Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho. Era uma publicação de proporções modestas, que conseguiu manter – apesar de todos os obstáculos – certa periodicidade. Com essa iniciativa, João Penteadado “desejava, evidentemente, estimular entre os alunos a prática da cooperação e da solidariedade”.<sup>31</sup> O jornal, mantido com os recursos dos próprios estudantes, visava principalmente dar publicidade aos trabalhos elaborados pelos alunos sobre as atividades vivenciadas na escola (em situações de ensino, festividades, excursões), ou na família.

O “Boletim da Escola Moderna” e, posteriormente, o da Academia de Comércio Saldanha Marinho, dirigido pelo próprio João Penteadado, permanece até a década de 1940, e, conforme indicam as fontes, desaparece no período subsequente. Em seu primeiro número, o redator afirma que o Boletim, “apesar da exigüidade do formato com que se

apresenta ... poderá prestar valiosíssima contribuição para a obra da propaganda racionalista, que temos empreendido, servindo de veículo para a disseminação das modernas correntes de idéias, que tendem a reabilitar a humanidade para a vida, redimindo-a e tornando-a livre e feliz”.

Na Escola Moderna, o jornal traz notícias diversas sobre questões sociais, a vida escolar, informações sobre os cursos ofertados, a lista dos alunos matriculados, o número de alunos matriculados, freqüentes, evadidos, aprovados e não aprovados, além de balancetes financeiros. A maior parte do espaço era ocupada por artigos políticos, na divulgação das concepções libertárias, do ensino racionalista e de acontecimentos considerados relevantes no plano nacional e internacional - como a Comuna de Paris, a Revolução Russa, o assassinato de Francisco Ferrer i Guardia, o 1. de Maio, escritos por João Penteadou ou por outros autores anarquistas, como Adelino Pinho, Astrogildo Pereira, Elisée Reclus, Ferrer, Edmundo de Amicis, entre outros. Posteriormente, levando-se em conta algumas pequenas modificações, os jornais mantiveram, em todo o período de existência, até os anos 1950, o mesmo formato e atribuições, o que os tornam importante registro, ao longo do tempo, das concepções teóricas e orientações políticas, das práticas escolares, dos cursos ofertados, métodos de ensino, do perfil de alunos e professores, e, até mesmo, de aspectos do dia a dia dos alunos e de suas famílias.

Nos anos subseqüentes, a preservação de outros tipos de fontes escolares amplia as informações sobre vida escolar, suas mudanças e permanências. É possível, em primeiro lugar, observar as modificações nos documentos produzidos periodicamente, em obediência às normas burocráticas e suas exigências legais, e, a partir delas, a relação da escola com a administração pública. Em segundo lugar, é importante enfatizar, mais uma vez, que o Arquivo João Penteadou permite apreender cinco décadas de vida escolar, constituindo uma série documental de extensa

cronologia, raramente existente no país. As referidas espécies documentais – Fotografias, Livros didáticos, Livros de matrícula, Livros de Pontos, Relatórios do diretor da escola à Inspetoria de Ensino, Diários de Classe, elaborados por professores de cada disciplina e acompanhados, em geral, do programa das disciplinas; Livros de Atas de Reuniões de professores, Livros de Atas de Congregação; Livros Atas de Exame; além da ampla diversidade de documentos avulsos, mimeografados ou manuscritos - Ofícios sobre diferentes assuntos; Registros variados e acerca das visitas de inspeção por fiscais estaduais e federais, e de inspetores estaduais do ensino profissional; Informes; Correspondências, trabalhos de alunos etc., incluindo-se o arquivo pessoal e a Biblioteca - contém informações úteis ao estudo de temáticas relevantes para a história da educação brasileira, e, em particular, para a história da educação escolar anarquista. No que se refere às relações entre trabalho e educação, à concepção e valorização dos cursos profissionais, os prontuários dos alunos trabalhadores dos cursos profissionais apresentam informações valiosas a respeito das ocupações/profissões destes alunos, os salários/rendimentos obtidos e sua trajetória no mercado de trabalho.

Como já se aventou em tópico anterior, trata-se de verificar se houve ou não a permanência de princípios orientadores libertários na vida escolar, se foi possível ou não sua continuidade na conformação das práticas pedagógicas, bem como as formas de sua manifestação nas diferentes conjunturas políticas e educacionais da realidade nacional, e a possibilidade de distingui-las de outras concepções educacionais em curso, tanto no âmbito do governo quanto nos grupos de trabalhadores, no movimento operário e sindical, contribuindo para restituir à história educacional do período a dimensão das disputas em torno de projetos pedagógicos diferenciados e a mobilização de dispositivos que serviram a uma pluralidade de propósitos distintos e/ou antagônicos.<sup>32</sup>

Em relação à contribuição mais ampla das fontes de pesquisa para o campo da história da educação, o conjunto documental permite, entre outras questões substantivas, apreender a dinâmica de mudanças e permanências no campo político-pedagógico, a escolarização dos conhecimentos, a complexidade da atuação docente, o lugar atribuído à mulher na sociedade e no ensino, a organização e o lugar do ensino profissional, as relações entre ensino e trabalho e, no caso específico, a organização do ensino profissional e do ensino privado.

Em resumo, as novas fontes provenientes do Arquivo João Penteadó ao iluminarem as práticas libertárias, sobretudo as de educação escolar, podem contribuir para avanço da história da educação e dos movimentos sociais na sociedade contemporânea.

## Notas

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: [moraescs@usp.br](mailto:moraescs@usp.br)

\*\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP. E-mail: [daccioly@usp.br](mailto:daccioly@usp.br)

<sup>1</sup> Auxílio CNPq.

<sup>2</sup> A busca por instrumentos de pesquisa no campo da História da Educação brasileira confere significativa importância a espaços como o Centro de Memória da Educação - CME, centro de documentação vinculado a pesquisas acadêmicas desenvolvidas na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que, desde 1998, realiza atividades de organização e preservação de acervos e documentação em educação.

<sup>3</sup> CARVALHO, M. M. C.; NUNES, C. Historiografia da educação e fontes. In: *Cadernos da Anped*. Rio de Janeiro, n. 5, 1993, p. 32.

<sup>4</sup> A esse respeito, ver CHAUI, M. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, M.; FRANCO, M.S. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978, pp. 19-30; MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas. 1979.

<sup>5</sup> CHAUI, 1978.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> ACCIOLY E SILVA, 2011.

---

<sup>8</sup> (BAKUNIN, in Moriyón, 1989, p. 34.

<sup>9</sup> LUIZETTO, F. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna n.1(1912-1919). In: *Educação e Sociedade*, Revista do CEDES/Unicamp, Ano VIII, n. 24, agosto, pp. 18 - 47. São Paulo: Cortez. 1986; LUIZETTO, F. *As utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

<sup>10</sup> LUIZETTO, 1986.

<sup>11</sup> Robin, *apud* História do Anarquismo, 2008, p. 101.

<sup>12</sup> Robin, *apud*. Tomasi, 1988, p. 174.

<sup>13</sup> 1978, p.159.

<sup>14</sup> FERRER Y GUARDIA, F. *La escuela moderna*. Barcelona: Tusquets Editor. 1978.

<sup>15</sup> Excerto do Relatório do Interior de São Paulo no ano de 1919, apresentado em anexo por Luizetto, 1984. Documentos manuscritos de João Penteadó, 1919 (Arquivo João Penteadó/CME-FEUSP). A respeito do episódio, consultar também Marques, A. s/d.

<sup>16</sup> A vinculação dessas escolas ao movimento operário é indicada também por alguns periódicos como o Inimigo do Povo, A Voz do Trabalhador, A Lanterna, A Terra Livre, entre outros. Vários dirigentes anarquistas estiveram à frente de movimentos pró-educação racional, entre eles, Neno Vasco, Edgar Leuenroth, Gigi Damiani e Everardo Dias, nomes que aparecem em quase todas as lutas travadas pelos operários de São Paulo e Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX (Marques, s/d).

<sup>17</sup> Foram localizados os seguintes textos de autoria de João Penteadó: As Escolas e sua influência social, *A Vida*, 1914; Os Detratores de Ferrer: fustigando um miserável tartufo, *A Lanterna*, 1918; A pátria e as Guerras, *A Rebelião*, 1914; A Instrução e o problema social, *Guerra Social*, 1912; O militarismo e sua nefasta influência, *A Guerra Social*, 1912; Ferrer, *A Plebe*, 1917; 13 de outubro, *A Plebe*, 1921. Há uma série de outros artigos organizados em seus cadernos de anotações que não apresentam a identificação dos jornais nos quais foram publicados.

<sup>18</sup> Arquivo João Penteadó.

<sup>19</sup> SILVA, Doris Accioly. A chama e o silêncio: memória e esquecimento das lutas anarquistas no Brasil. In: Whitaker *et all*. *Ideologia e Esquecimento*. Presidente Venceslau. Ed. Letras A margem, pp. 115-138.

<sup>20</sup> SILVA, Doris Accioly. Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica. Campinas. In: *Educação e Sociedade*. v. 106, 2009, pp. 01-29; SANTOS, Luciana Eliza dos. *A trajetória anarquista do educador João Penteadó: leituras sobre educação e sociedade*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEUSP. 2009.

<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, não deixa de despertar interesse a escolha dos nomes que lhe foram atribuídos, seja o de Escola Nova, referência provável ao expressivo movimento pedagógico em curso no país, na época; seja o de Saldanha Marinho, que homenageia importante ‘republicano histórico’ de São Paulo, dos momentos da Propaganda, e o primeiro Grão mestre da Maçonaria Republicana, eleito por voto secreto pelos maçons, em oposição à ala maçônica que apoiava o Governo Imperial, liderada pelo Visconde do Rio Branco (MORAES, 2006). A

---

elaboração deste tópico fundamenta-se nas observações presentes em Moraes, C. S. V., 2011.

<sup>22</sup> Sobre arquivos escolares, consultar RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. Os Arquivos das Escolas. In: NUNES, Clarice (coord.). *Guia Preliminar de Fontes para a História da Educação Brasileira*. Brasília: INEP. 1992; MORAES, Carmen S. V. Significado e relevância do Inventário de Fontes para o estudo do Ensino Técnico no Estado de São Paulo. In: MORAES, Carmen S. V.; ALVES, J. F. (orgs.). *Inventário de Fontes Documentais. Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – FAPESP. 2002.

<sup>23</sup> MORAES, 2002.

<sup>24</sup> De acordo com Ribeiro (1992), as normas existentes baseiam-se “apenas no valor probatório dos documentos”; “o valor informativo, que se refere ao seu uso científico e cultural, raramente é considerado”. Para o autor, tal desatenção “no mínimo surpreende”, uma vez que “os órgãos responsáveis pela regulação da vida escolar são os Conselhos Federal e Estaduais de Educação”.

<sup>25</sup> RIBEIRO, 1992; MORAES, 2002.

<sup>26</sup> A esse respeito consultar MORAES 2002; \_\_\_\_\_ *et all.* (2011). Inventário de Fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteadó (1912-1961). *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas/SP: Ed. Autores Associados, v. 11, n.1 (25), p. 93-116, jan/abr.; FARIA FILHO, 1998.

<sup>27</sup> FOOT HARDMAN, F. *Nem pátria nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

<sup>28</sup> LUIZETTO, F. (1984). *Presença do Anarquismo no Brasil. Um estudo dos Episódios Literário e Educacional - 1900/1920*. São Carlos/SP, UFSCAR – Tese Doutorado.

<sup>29</sup> *Jornal O Início*. n.º. 1, 12/10/1922.

<sup>30</sup> Informe de João Penteadó no jornal *A Lanterna*. São Paulo, 8/11/1913.

<sup>31</sup> LUIZETTO, F., 1986.

<sup>32</sup> MORAES, Carmen S. V., GIGLIO, C., HILSDORF, M. L. Estratégias educativas anarquistas no Brasil. *Comunicação Coordenada - Trabalho, educação e luta social: memória e história de projetos e estratégias pedagógicas desenvolvidas por trabalhadores e para trabalhadores*. Porto: Congresso Lusobrasileiro de História da Educação. Mimeo. 2008.

Data de envio: 15/08/2013.

Data de aceite: 24/08/2013.